

Instituto Socioambiental

fonte: JB class. 58

data: 7/6/95 pg. 20

Convênio do Parque da Tijuca é adiado

A briga entre o governador Marcello Alencar e o prefeito César Maia pela administração do Parque Nacional da Tijuca acabou adiando a assinatura do convênio de co-gestão da área com o governo federal, por mais um mês. Hoje, em vez de firmarem o acordo que daria partida a uma série de iniciativas para melhorias no parque, o prefeito, o governador e o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, assinarão apenas um termo de cooperação técnica que reafirma a idéia da co-gestão mas não define poderes ou atribuições da administração tripartite.

O termo de cooperação foi a solução política encontrada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Raul Jungman, para resolver a pendência entre Maia e Marcello. Pelo

convênio inicial, o estado teria apenas uma participação simbólica na co-gestão — sem direito a voto no conselho que iria gerenciar o parque — já que inicialmente não faria investimentos iguais aos da prefeitura e da União. A idéia acabou não agradando Marcello, que decidiu brigar por mais poder para o estado. Maia, por sua vez, não quis aceitar uma participação maior do estado sem que este arcasse com atribuições ou investimentos.

Saída — Ante o risco de não haver convênio algum, a assinatura do termo de cooperação acabou sendo a solução. Por ele, os governos federal e estadual e a prefeitura, assinarão, dentro de 30 dias, em iguais condições, um subconvênio para a administração do Parque Nacional da Tijuca. Nesse prazo será formado um conselho gestor

com dois membros dos governos federal e estadual e da prefeitura, além de um representante de uma Organização Não Governamental (ONG), que irá definir as atribuições de cada parte.

Também dentro de 30 dias, a prefeitura e o ministério do Meio Ambiente assinarão convênio de co-gestão para administração do Corcovado, o que já era previsto no acordo inicial. Para o secretário municipal de Meio Ambiente, Alfredo Sirkis, o termo de cooperação que será assinado hoje, “é um convênio para acomodar os egos, mas não é um instrumento de trabalho”. Segundo ele, tudo que havia de concreto no documento anterior, como a construção, pela prefeitura, de um quartel para o Batalhão Florestal na área próxima ao parque, foi retirado dando lugar apenas a “intenções”.

Direitos — Apesar do termo de cooperação prever a assinatura do subconvênio, Maia avisou que só vai aceitar a parceria com o estado quando houver investimentos de sua parte iguais aos da prefeitura e do Ibama. “O governo do estado pode participar, mas para mandar, para dirigir, gerenciar, só colocando recursos. O convênio deve estabelecer direitos e deveres para todos”, afirmou.

Já o secretário estadual de Meio Ambiente, Flávio Perri, negou a existência de uma crise por causa das divergências em relação ao contrato original. Ele lembrou que sempre defendeu uma maior participação da prefeitura na administração do Corcovado. Quanto ao Parque da Tijuca, Perri acha que o Estado deve ter as mesmas obrigações da prefeitura e da União.

Alaor Filho



Com as divergências, o convênio de co-gestão, que garantirá melhorias para o Parque Nacional da Tijuca, só poderá ser assinado dentro de 30 dias

Marcello despreza novo 'factóide' de Maia

A polêmica em torno da gestão do Parque Nacional da Tijuca está sendo interpretada no Palácio Guanabara como um novo 'factóide' de César Maia. A palavra foi inventada pelo próprio prefeito para designar aqueles atos que chamam a atenção da mídia. Para não colocar mais lenha na fogueira, o governador Marcello Alencar manteve ontem um silêncio estratégico sobre o assunto. A postura de Marcello é a mesma adotada em

relação a outras provocações de Maia, como as críticas à política estadual de segurança.

Segundo uma pessoa ligada a Marcello, o governador na verdade deu pouca importância ao episódio. Ele passou a seu secretário de Meio Ambiente, Flávio Perri, a responsabilidade de negociar as divergências que envolvem o contrato de co-gestão. “O Perri sim ficou aborrecido. Ele é um diplomata e como tal está acostumado a conciliar, e não a polemizar”, disse.

Para a prefeitura, no entanto, foi o governo estadual quem criou o mal-estar ao impor a sua participação no conselho administrativo do Parque da Tijuca em condição igual a da prefeitura e da União — mas sem compromisso de investir recursos. Segundo um assessor de César Maia, o secretário Flávio Perri convenceu o governador de que o contrato original deveria ser mudado, criando o impasse.

A principal divergência de Marcello e César Maia veio a público em março, por causa da demora do prefeito em liberar o empréstimo de R\$ 117 milhões prometido ao estado para investimentos na polícia e no Metrô. Depois de uma troca de farpas pelos jornais, os dois ficaram de bem num encontro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).